

Balanço Económico do ano 2007
Discurso proferido pelo Vice-Governador do BCSTP

Excelências,

Meus Senhores e minhas Senhoras,

Primeiramente gostaria de endereçar as cordiais saudações a todos aqueles que nos seguem neste momento e, como já vem sendo tradição, cumpre-me apresentar o balanço económico do ano 2007.

Num contexto de conjuntura económica internacional bastante desfavorável a economia nacional revelou, no ano que agora termina, um moderado crescimento económico que se situa entre os 4 a 6%, não obstante a persistente deterioração de índice de preços no consumidor que se estima venha atingir 24,3%.

Contribuíram para esse crescimento económico os sectores de construção, turismo e outros serviços, sustentados por investimentos públicos e privados, ou seja, mais impulsionado pela procura interna. Importa realçar que o citado crescimento económico não contou com a contribuição do sector exportador de bens, como o cacau que registou no período uma diminuição, apesar do aumento do seu preço no mercado internacional.

A importância da procura interna no conjunto de contribuição para o crescimento económico é confirmada com o aumento do crédito ao sector privado na ordem de 27%, atingindo um patamar de 549 mil milhões de dobras em Novembro do corrente ano, contra os 431 mil milhões do ano anterior. Os sectores que beneficiaram desse aumento foram os de Construção, Comércio e Indústria com uma participação de 35, 22 e 21,8 % respectivamente.

A presente evolução reveladora duma desaceleração do ritmo de criação da moeda secundária que no ano anterior havia atingido 47%, aponta para uma tentativa de ajustamento e de contenção de procura interna, devido as altas taxas de juro; uma evolução, no entanto, não reflectida na diminuição de índice de preços no consumidor.

No sector monetário registou-se, nesse período, um aumento da base monetária de 45% ao mesmo tempo que os indicadores da massa monetária, M2 e M3 cresceram em 24% e 40%, respectivamente. Em contrapartida o crédito líquido ao governo atingiu -171 mil milhões de dobras contra os -108 mil milhões de dobras do ano anterior.

Motivos de preocupação constitui o elevado índice de incumprimentos nos reembolsos de créditos, no conjunto de sistema financeiro, que se situa em 33%, ou seja, 143 mil milhões de dobras de empréstimos vencidos e não honrados pelos mutuários, sendo também de destacar a elevada taxa de crédito em moeda estrangeira (45%).

O sector externo revelou-se muito apático, com os saldos da balança comercial e da conta corrente cada vez mais instáveis, cenário que se traduz numa acentuada deterioração da cobertura de importação por exportação.

Essa evolução do sector externo, ao manter-se, é comprometedor dos esforços de gestão de reservas externas, cifradas em 4 meses de importação, que apesar de estarem em linha com as recomendações internacionais, não devem se acomodar às actuais tendências de variação da conta corrente de balança de pagamentos, já que isso dificultaria, sobremaneira, os objectivos macroeconómicos de combate a desequilíbrios no âmbito de políticas cambial e monetária.

A depreciação da moeda nacional em cerca 21% frente ao euro e 9,8% frente ao dólar demonstra a pressão que as duas moedas (dobra e dólar) sofreram face a subida do euro no mercado internacional.

A manutenção da pressão inflacionista, não obstante a alta taxa de juro e alto nível de reserva mínima de caixa, revela uma notória fragilidade na política de contenção monetária e fiscal, bem como dos mecanismos de controlo indirecto actualmente em curso, ao mesmo tempo que nos demonstra que é dificilmente sustentável manter um ritmo de crescimento económico baseado, quase exclusivamente, na procura interna.

Urge-se, por essa razão, incentivar o sector exportador quer de bens, quer de serviços, para se combater, eficazmente, o crónico desequilíbrio externo enquanto parte integrante do pacote de consolidação macroeconómica.

Não podemos perder de vista os riscos de choques externos a que está sujeita a economia nacional, o que a torna potencial e delicadamente vulnerável, e por isso, exigente de medidas de estruturação permanentes e corajosas, até que sejam erradicados os fundamentais desequilíbrios macroeconómicos.

Tal como o dissemos ao princípio, a conjuntura económica internacional não se revela favorável aos países não exportadores de petróleo como é, ainda, o caso de S.Tomé e Príncipe.

A reforçar essa desfavorável conjuntura temos a escalada do preço desse combustível no mercado internacional que se aproximou dos 100 dólares por barril contra os 63 dólares de 2006, associada a valorização do euro face ao dólar em 10%, agravada ainda mais, pelas perspectivas de abrandamento do ritmo de crescimento económico mundial, na sequência da crise imobiliária nos Estados Unidos de América.

Excelências,
Meus Senhores e minhas Senhoras,

É por essa razão que o processo de consolidação e relançamento da economia nacional exigirá cada vez maior esforço de coordenação intersectorial, maior disciplina e maior rigor na gestão.

PERSPECTIVA PARA 2008

A perspectiva económica para 2008 afigura-se favorável, tendo em conta que o país começará a beneficiar do facto de ter conseguido atingir o ponto de conclusão da iniciativa HIPC reforçada.

Neste contexto projecta-se um crescimento do PIB para 2008 de 6% e uma inflação entre 9 e 12%.

A perspectiva de entrada de donativos do Millennium Challenge Corporation, do Banco Mundial, do BAD e do Brasil, entre outros parceiros de desenvolvimento, poderá resultar num importante multiplicador, associado a melhorias de níveis de confiança na economia nacional.

Neste âmbito serão desencadeadas, por parte do Banco Central, entre outras, as seguintes acções:

- Implementar, em parceria com outras autoridades competentes, o mercado monetário interbancário para fortalecer a política monetária e ajudar a banca, hoje com mais operadores, a melhor diversificar seus pacotes financeiros, criando assim uma primeira plataforma de instrumentos financeiros negociados em regime de mercado aberto;

- Prosseguir o esforço, em conjunto com os operadores financeiros, de modernização do sistema de pagamento baseada na alta Tecnologia de Informação;

- Continuar a envidar esforços no sentido de melhorar a supervisão do sector financeiro;

-Adequar, progressivamente, os mecanismos de supervisão preventiva às exigências de regras prudenciais e de adequação de capitais às sucessivas normativas de Basileia;

- Introduzir novos planos de contas para o sistema financeiro como forma de melhor responder às novas exigências na classificação das actividades financeiras.

- Relançar os estudos sobre as hipóteses de integração monetária de S.Tomé e Príncipe por forma que, na qualidade do Banco Emissor e de assessor económico do governo, Banco Central possa ter uma posição técnica e formal sobre a questão. Nesse estudo a decisão da 31ª reunião ordinária dos governadores dos bancos centrais africanos conjuntamente com a União Africana, de relançar um plano de acção conjunto para criar, a escala do continente, um Banco Central Africano, incluindo uma moeda única, deverá ser tomada em conta.

AO TERMINAR, GOSTARIA, EM MEU NOME PRÓPRIO, NO DE CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E NO DOS TRABALHADORES DO BANCO CENTRAL, DESEJAR AOS OPERADORES FINANCEIROS EM ESPECIAL, AOS AGENTES ECONÓMICOS E AO PÚBLICO EM GERAL FESTAS FELIZES E UM PRÓSPERO ANO NOVO.

MUITO OBRIGADA

DEZEMBRO DE 2007